

Burocracia do Senado cala a boca do cidadão

Erros na programação de computador do Prodasen provocam fracasso do Projeto Constituinte



PFL baiano faz os mais votados

Salvador — O PMDB conquistará a maioria das vagas da bancada baiana na Constituinte, mas os dois deputados mais votados deverão sair dos quadros do PFL: Luiz Eduardo Magalhães e Jonival Lucas vêm liderando a relação dos mais votados desde o início das apurações e ontem, com cerca de 70 por cento das urnas do Estado já totalizadas pelo Serpro, ultrapassaram a casa dos 60 mil votos cada.

Luiz Eduardo, 31 anos, um campeão de votos nas duas eleições que disputou para a Assembleia Legislativa da Bahia, é filho e herdeiro político do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e deverá liderar a bancada do seu pai na Constituinte. Jonival Lucas, 48 anos, ficou na quinta suplência de deputado estadual do PDS nas eleições de 1982, mas cresceu à sombra da máquina do governo João Durval e lidera uma facção do PFL que faz oposição ao grupo carlista.

Os dois, desde o início da campanha eleitoral, previam superar a casa dos 150 mil votos, mas deverão, até final das apurações, conseguir cerca de 100 mil votos cada um, diante do elevado índice de votos nulos e em branco registrados nas eleições proporcionais na Bahia — fato que surpreendeu todos os candidatos e está dificultando a definição do número de vagas que cada partido terá, tanto na bancada federal como na assembleia estadual.

PMDB e o PT crescem no Sul

Porto Alegre — O PMDB e o PT foram os partidos que tiveram melhores resultados nas eleições proporcionais do Rio Grande do Sul, conforme os dados oficiais da Justiça Eleitoral. Enquanto o PMDB aumentou o número de cadeiras na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa, o PT conseguiu eleger pela primeira vez representantes parlamentares a nível federal e estadual.

O PFL também passará a ter uma bancada federal, mantendo suas cadeiras no legislativo estadual. Já o PDT e PDS foram os mais prejudicados, pois tiveram uma sensível diminuição de deputados federais e estaduais.

Dos 31 parlamentares gaúchos para a Câmara dos Deputados, 17 são do PMDB, cinco a mais em relação à atual legislatura, cinco do PDS, cinco do PDT, enquanto que PT e PFL contarão com dois parlamentares cada. O PDS perdeu 3 deputados e o PDT dois. Estes resultados representam um índice de renovação de 60 por cento.

Na Assembleia Legislativa gaúcha, das 55 cadeiras, 27 serão do PMDB, dez do PDS, nove do PDT, cinco do PFL e quatro do PT. O índice de renovação atingirá a 54 por cento. Em relação à atual legislatura, o PMDB terá mais seis deputados, enquanto que o PT elegerá seus quatro primeiros parlamentares. O PFL manterá cinco representantes, enquanto que o PDS perderá seis e o PDT, cinco.

Negros entregam suas propostas

Representantes de 63 entidades que atuam em defesa da condição do negro encaminharam ontem ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, documento com propostas para a Constituinte. O documento — que também será entregue ao presidente José Sarney — destaca 45 reivindicações e foi formulado a partir da Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, realizada em agosto em Brasília.

No documento, as entidades pedem a penalização da discriminação racial, a unificação das polícias civis e militares e a estatização dos setores da saúde e do transporte de massa. Os negros reivindicam ainda o reconhecimento de filhos ilegítimos, o fim das casas de detenção de menores e a profissionalização de domésticas e diaristas.

A representante do Distrito Federal do Movimento Negro Unificado (MNU), Maria Luiza Júnior, lembrou que a população negra é a maior vítima das violências social e policial. Segundo ela, durante a audiência, o ministro Paulo Brossard disse desconhecer o uso de cola de sapateiro por menores. Uma das reivindicações do movimento negro é a extinção das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Febens).

ALFREDO LOBO
Repórter Especial

A tecnoburocracia do Senado dilapidou o Projeto Constituinte e hoje, mais de um ano após o lançamento do programa com muito brilho e propaganda, os computadores do Prodasen não conseguem responder o que pensam e reivindicam 100 mil cidadãos que já escreveram dando suas opiniões.

Destas 10 mil cartas, que começaram a chegar ao Senado em fevereiro, não mais de 14 mil já foram inseridas em banco de dados — e ainda assim com 12% de erros de indexação, provocados por deficiências dos programas de computador desenvolvidos pelo Centro de Processamento de Dados do Senado, o Prodasen.

No entanto, mesmo dessas 14 mil cartas já postas no computador é impossível retirar qualquer visão de conjunto, por falta de um programa específico para fazer o cruzamento de informações e gerar estatísticas quanto à incidência de assuntos. Não dá para saber sequer se a maior preocupação dos cidadãos é com a educação, a saúde, os transportes, a segurança ou o tamanho do mandato do presidente José Sarney.

"Mesmo que já houvesse o programa para gerar estatísticas, essas seriam falsas, pois as informações erradas que estão no banco de dados", confessa o presidente do grupo de trabalho implantado pelo Senado para realizar o Projeto Constituinte, Willian Dupin. "Não posso dar as respostas que você pede", diz ele, vencido pela insistência do repórter que meses a fio, semana após semana, lhe pede os dados para uma reportagem sobre as propostas do povo para a Constituinte.

LONGO ATRASO

O Projeto Constituinte foi gerado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, presidida pelo capixaba José Ignácio, em agosto do ano passado, com o objetivo de criar um banco de dados para subsidiar a Constituinte e incentivar o debate constitucional pela população. Aprovado pela mesa diretora do Senado, foi formalizado em outubro por ato do 1º secretário, senador Eneias Faria, que criou o grupo de trabalho presidido por Willian Dupin, analista de sistemas e funcionário do Prodasen.

O grupo ficou submetido a duplo comando — e por aí passa uma parte da explicação para o fracasso do Projeto Constituinte: é submetido à 1ª Secretaria, que controla todos os serviços administrativos do Senado, inclusive o Prodasen, e devia suprir os recursos necessários, mas trabalha sob a coordenação da Comissão de Constituição e Justiça, que não tem poderes para fazer funcionar a pesada burocracia do Senado.

De início o Projeto Constituinte apresentava dois problemas: a distribuição

nacional de formulários com porte pago, onde os cidadãos pudessem escrever suas sugestões à Constituinte, e a divulgação do programa pelos meios de comunicação de massa, incentivando a população a participar.

O primeiro problema foi resolvido a contento: mais de 5 milhões de formulários, impressos no próprio Senado, foram distribuídos pelos partidos, as prefeituras, os Correios, câmaras de vereadores. O segundo teve bom encaminhamento, mas foi onde o atraso no processamento das cartas veio ter sua primeira consequência séria.

Para a divulgação do Projeto, o Senado procurou as redes de televisão. Só a Rede Globo aceitou assinar convênio, pelo qual se comprometia a elaborar e divulgar a campanha publicitária. Em contrapartida, receberia em primeira mão os resultados revelados pelo processamento das cartas, por meio de um terminal de vídeo instalado em sua sede, no Rio, e ligado diretamente aos computadores do Prodasen. As despesas do Senado. O convênio foi assinado em novembro, com validade de um ano. Só em julho foi instalado o terminal de vídeo na Globo.

Distribuídos os formulários, em fevereiro começou a campanha publicitária pela TV. A resposta foi imediata: 14 mil cartas na primeira semana — exatamente as 14 mil que só agora foram colocadas no banco de dados, ainda assim com erros e sem tratamento estatístico.

Quando o terminal de vídeo chegou à Globo, foi uma decepção. Até então, as cartas não eram sequer indexadas por temas, mas simplesmente transcritas para o computador. "Aquele material, do ponto de vista da informática, era puro lixo", afirma Willian Dupin.

Em fins de agosto, a Rede Globo enviou telex aos senadores José Ignácio e Eneias Faria, dando conta da situação, e internamente decidiu não cumprir a parte que lhe cabia no convênio, suspenso toda a propaganda do Projeto Constituinte.

Seu diagnóstico: fracasso total. Por falta de retorno — dados que pudessem ser transformados em reportagens e gerar debates — o número de formulários respondidos caiu drasticamente e hoje não passam de 2 mil por mês. Diante do poder de comunicação da Globo, a emissora considerou "ridículo" o total de 100 mil cartas em 10 meses — o Xou da Xuxa recebe semanalmente 10 mil cartas para sorteios e a apresentadora, pessoalmente, se vê a cada semana às voltas com a obrigação de responder 500 cartas.

O Projeto Constituinte também tinha esse compromisso. O formulário tem um campo próprio para o cidadão, desejando resposta pessoal de algum parlamentar, a identificação. Nenhuma resposta partiu de volta para aqueles que a solicitaram — até porque nenhum parlamentar recebeu cópia dessas

cartas ou delas tomou conhecimento. Muitos jamais poderão responder, pois não foram reeleitos agora para a Constituinte.

O diretor executivo do Prodasen, Rui Janiques, tenta negar que o Projeto Constituinte esteja atrasado, sob a alegação de que seu objetivo é servir de subsídio aos parlamentares na elaboração da nova Constituição e que a Constituinte só vai instalar-se a 1º de fevereiro.

A alegação é derrubada pelo senador José Ignácio, pai da idéia, para quem o Projeto deveria ter esquentado o debate constitucional durante a campanha eleitoral. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça — que foi eleito em 1982 e tem mais quatro anos de mandato — concorda que o atraso existe e jogou por terra uma excelente oportunidade para contrabalançar a atração exercida sobre o eleitorado pelas campanhas para os governos estaduais. "Claro, se o Projeto Constituinte houvesse gerado debate, como se desejava, os eleitores estariam mais bem informados a respeito da importância da Constituinte", diz o senador. E talvez não houvesse tantos votos nulos e em branco.

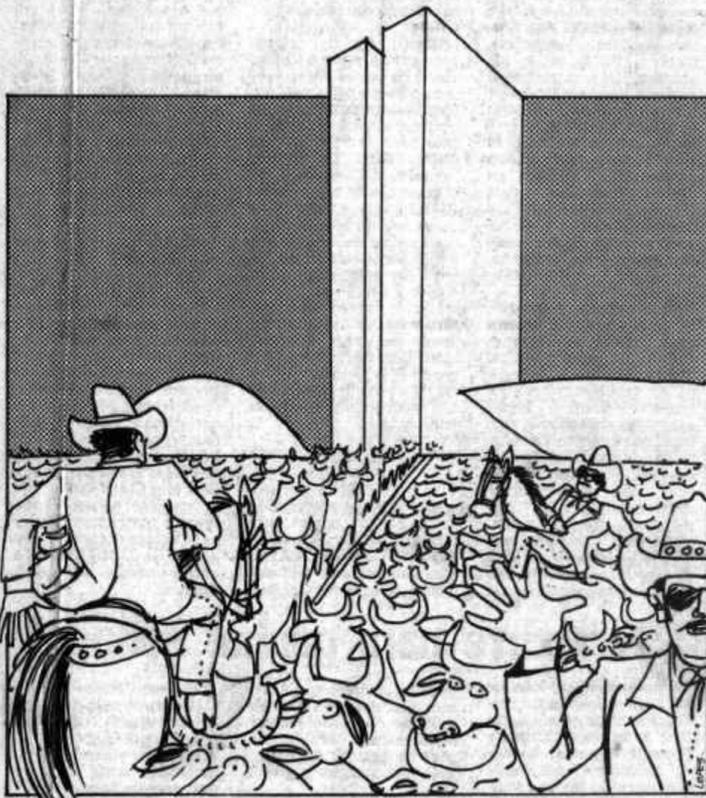
RELATORIO

Segunda-feira, Willian Dupin entregou ao senador José Ignácio um relatório dando conta dos problemas que o Projeto Constituinte enfrenta. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça convocou uma reunião com o diretor executivo do Prodasen, para ver que providências se poderiam tomar para salvar o Projeto.

Rui Janiques manifestou a ele — como já havia dito ao repórter — que não via necessidade de as cartas receberem tratamento estatístico. "O Prodasen não é o Ibope e não pode ter a pretensão de escrever a Constituição com base em pesquisa popular", afirmou. Na opinião dele, basta colocar as cartas, devidamente indexadas, no banco de dados. "e o constituinte que se interessar que mande pesquisar".

O presidente do grupo de trabalho do Projeto Constituinte não concordou — acha que se deve desenvolver o programa estatístico e defende até a iniciativa de produzir documentos compilatórios para distribuição aos constituintes e à imprensa. O senador José Ignácio fez ver a Rui Janiques que a proposta dele "seria uma mudança na própria filosofia do projeto, fixada há mais de um ano e incabível agora".

A partir daí sucedem-se reuniões para decidir os próximos passos. O 1º Secretário do Senado, Eneias Faria, só ontem chegou do Paraná — onde tentou e não obteve a reeleição — e esquivou-se de comentar a questão. "Ainda vou tomar conhecimento do que está ocorrendo. Nosso interesse é divulgar ao máximo os resultados do Projeto Constituinte. Se há problemas, vamos resolvê-los", prometeu o senador.



UDR garante que elegeu 80

Porto Alegre — A União Democrática Ruralista (UDR) apolou e elegeu cerca de 80 constituintes por vários estados nas últimas eleições, conforme garantiu o vice-presidente nacional da entidade de proprietários rurais, o paulista Gilberto Adriên. Ele esteve no Sul auxiliando nos últimos detalhes para a reunião do dia 4, em São Gabriel (321 quilômetros da capital), quando a entidade será instalada oficialmente no Estado, onde não conseguiu eleger nenhum dos deputados que anunciou apolar.

Depois de estruturada, a UDR deverá apolar alguns deputados constituintes gaúchos, desde que sejam simpáticos à causa, apolem a livre iniciativa e

tenham alguma mensagem para o homem do campo. Estes deputados já poderão estar presentes na reunião do dia 4, conforme disse Gilberto Adriên nos encontros que realizou durante o último final de semana em Cachoeira do Sul, São Gabriel e Livramento, mobilizando proprietários rurais, "futuros associados da UDR". Na reunião deverá estar presente toda diretoria nacional da entidade, inclusive o presidente Ronaldo Calado.

PROGRESSISTA

Já o presidente regional do PT e candidato derrotado ao governo do Rio Grande do Sul, Clóvis Igenfriz da Silva, manifestou ontem a esperança de que "se forme na Constituinte uma frente progressista que,

mesmo minoritária, vá defender os interesses da classe trabalhadora". Clóvis explicou que isso prova que "o PT não é avesso às alianças, desde que não se fira seus princípios programáticos". Essa frente poderia ser constituída ainda pelos deputados do PDT, PSB, PCB e mesmo integrantes da chamada ala esquerda do PMDB.

Ao analisar os resultados eleitorais, Clóvis reconheceu que perdeu "muitos votos ao atacar frontalmente o senador Pedro Simon, que passava como defensor do Plano Cruzado: "Nós sempre mostramos que o lado bom do plano, que é congelamento de preços, não estava sendo mantido pelo governo federal, e isso está provado agora".

Pela vice, Ulysses tenta tudo

A Mesa da Câmara dos Deputados aprovou Projeto de Resolução, a ser ainda submetido ao plenário, adiando do dia 2 para o dia 26 de fevereiro a sessão preparatória em que é eleita a Mesa daquela Casa e antecipando para a manhã do dia 1º de fevereiro, às 9 e às 11 horas respectivamente as sessões para apresentação dos diplomas e prestação do compromisso constitucional pelos novos deputados.

O adiamento representa uma desesperada tentativa do atual presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, de evitar o fracasso de sua emenda constitucional que propõe a criação de uma Comissão Constitucional de 72 deputados e senadores para cuidar unicamente da elaboração da legislação ordinária, ficando o presidente da Constituinte, ele próprio, Ulysses, com poderes administrativos sobre as duas Casas do Congresso, além da função de vice-presidente da República.

A DECISÃO

Nos termos do Regimento Interno da Câmara, são realizadas duas sessões preparatórias, uma às 10 horas da manhã para entrega dos diplomas, e outra às 15 para prestação do compromisso constitucional dos novos deputados. O projeto de Resolução ontem aprovado pela Mesa marca as duas sessões para a manhã do dia 1º de fevereiro — às 9 horas para entrega dos diplomas, às 11 horas para a prestação do compromisso — e não mais 15 horas.

Toda a tarde do dia 1º de

fevereiro ficará reservada, então, para a sessão de instalação da Assembleia Constituinte, e isso em dia de domingo. A segunda sessão preparatória da Câmara é normalmente realizada no dia 2 de fevereiro em hora a ser designada para eleição da Mesa, nos termos do artigo 4º do Regimento.

A Mesa Diretora propôs que esta eleição seja transferida para o dia 26 de fevereiro, argumentando que, no dia 2 deste mês, deve ocorrer a sessão destinada a eleger o presidente da Assembleia Constituinte.

Diante do projeto de Resolução aprovado ontem pela Mesa da Câmara dos Deputados, a partir do dia 22 até o dia 26 de fevereiro haverá tempo para que a Constituinte tome uma decisão — aprovando a própria emenda de Ulysses Guimarães.

Já foi apresentada sugestão no sentido de que sejam criadas duas comissões, uma de deputados e outra de senadores, para cuidar da legislação ordinária. Já se propôs, também, que a Comissão dos 72 deputados e senadores proposta por Ulysses Guimarães seja mensalmente renovada de forma a que todos os parlamentares tenham a oportunidade de participarem dela.

O líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos, ao tomar conhecimento dessa decisão da Mesa da Câmara, disse que a idéia está fadada ao fracasso, uma vez que o Senado se reunirá impreterivelmente em sessão marcada pelo Regimento Interno para as 10 horas da manhã do dia 1º de fevereiro para eleger os sete inte-

grantes de sua Mesa Diretora.

O líder do governo e do PMDB no Senado disse que a totalidade da bancada de seu partido e a Casa inteira estão contra a emenda de Ulysses. "Tenho a maior admiração por Ulysses, mas sou contra a sua emenda", disse Alfredo, que à noite de ontem conversou demoradamente com o presidente da Câmara dos Deputados, em sua residência oficial, quando alinhou todos os argumentos contra sua proposta.

Alfredo Campos tinha no bolso uma emenda constitucional redigida pelo senador Nelson Carneiro, seu candidato a presidente do Senado, estabelecendo que sucede ao Presidente da República o presidente da Constituinte, em segundo lugar o presidente do Senado, se o presidente da Constituinte for deputado e o presidente da Câmara, se o presidente da mesma Constituinte for um senador. Em terceiro, sucede o presidente do Supremo Tribunal Federal.

Alfredo Campos disse ontem à noite a Ulysses que há uma posição de intransigente resistência no Senado contra qualquer alteração do "satatus quo", pois a esmagadora maioria dos senadores acha que as duas Casas do Congresso devem funcionar normalmente, quando se justificar, para elaborar a legislação ordinária.

— O Senado é uma grande Casa, com muitos funcionários. Vamos deixar essa máquina burocrática sem comando? Claro que isso não tem sentido — disse Alfredo Campos.